

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

**Espaço e Identidade: Uma Análise do Processo de Reassentamento de
Cateme em Moatize**

Autor: Kate António Niconte

Supervisor: Elísio Jossias

Maputo, Dezembro de 2012

Espaço e Identidade: Uma Análise do Processo de Reassentamento de Cateme em Moatize

(Requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia pelo
Departamento de Arqueologia e Antropologia)

Autor: Kate António Niconte

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

Elísio Jossias

Maputo, Dezembro de 2012

Declaração de Honra

Declaro por minha honra que este relatório de pesquisa é resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas na bibliografia as fontes que utilizei, e que nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer grau académico.

(Kate António Niconte)

Maputo, Dezembro de 2012

Dedicatória

Á memória da minha mãe Olímpia António Smith

Á minha irmã Adelaide Olímpia Niconte

Ao meu ex-colega Eduardo Mate.

Agradecimentos

Ao meu supervisor Elísio Jossias, pelas prontas intervenções no trabalho, sem as quais não seria possível a realização da presente pesquisa, principalmente pela paciência e pela capacidade de transformar simples ideias em ciência. Agradeço também a todos os docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) em especial ao Dr. Emídio Gune que imprimiu todo esforço possível para me acompanhar e discutir o trabalho, partilhando uma parte da sua experiência comigo. Aos docentes pelo esforço que empreenderam durante o meu processo de formação e que sempre constituirão fonte de inspiração, nomeadamente: Drs. Alexandre Mate, Danúbio Lihaha, Johane Zonjo, José Adalima, Jonas Mahumane, Fernando Manjate, Jossias Humbane e Euclides Gonçalves.

Aos meus informantes, pela disponibilidade e paciência que tiveram durante as conversas.

Aos meus grandes Homens que são o meu pai Augusto e meu irmão Nick, pelo amor, amizade, educação, companheirismo e encorajamento. À minha “Boa-drasta” Laura, pelos conselhos. A minha irmã Graciete pelo carinho, paciência e confiança.

Ao casal Felisberta e Humberto Zaquau, que foram como pais para mim, muito obrigado pelo acolhimento, carinho, atenção e conselhos que foram cruciais para a minha formação pelos quais serei eternamente grata.

Aos meus colegas do curso com os quais comunguei os valores e saberes antropológicos nestes anos, nomeadamente: Agostinho Lima, Nelson Escritório, Agostinho Neves, Chomulo Guena, Berta Membawaze, Tomázia Pitta, Anselmo Matusse.

Aos meus amigos: Noelma, Ana Maria, Edelinda, Ana Leonor, Leonel, Sara. Especial ao Manuel pelo amor, paz, carinho e confiança. Obrigada por existires e fazeres parte da minha vida.

As minhas colegas de quarto, Ilda Florinda, Fernanda, Olga, Flora, Ofélia e a Elsa, pela paciência e compreensão.

O meu muito obrigado!

Glossário

Ntsembe – Cerimónia tradicional que evocam aos espíritos oferecendo comida e bebida com finalidades de pedidos ou agradecimentos.

Cashiri – esta cerimónia é feita no âmbito da família quando notam cenários frequentes de doença. Consiste em invocar os antepassados pedindo que as doenças se afastem de dentro da família.

Guerros – referem a quartos construídos fora da casa principal

Madjolidjo – actividade informal de carregamento de sacos.

Npete na paza – cerimónia de casamento tradicional onde os pais e padrinhos do noivo oferecem roupa e enxada a família da noiva, neste casa os pais e tia paterna da noiva.

Nipa – bebida tradicional feita de maçanica, malambe ou cana-de-açúcar. (aguardente).

Bwadua – bebida tradicional feita de farelo de milho ou de mapira.

Abreviaturas

OP – Política Operacional

MAE – Ministério da Administração Estatal

ARPAC – Arquivo de património Cultural – Instituto de Investigação Sócio Cultural

DAA – Departamento de Arqueologia e Antropologia

CORE – Comissão de Reassentamento

CEA – Centro de Estudos Africanos

BM – Banco Mundial

Resumo

Neste trabalho analisamos a relação entre espaço e identidades a partir de um estudo realizado no centro de reassentamento de Cateme. No trabalho privilegiou-se uma abordagem qualitativa com o objectivo de compreender como é que a mudança de Moatize para Cateme foi percebida e vivenciada pelos indivíduos.

A pesquisa seguiu os pressupostos defendidos por Casal (1996) que defende que o modo como os indivíduos se relacionam com a terra tem implicações de cariz socio-antropológico. Com base nesta abordagem partimos para a análise do processo de construção das identidades sociais em torno dos espaços (Moatize e Cateme) por parte dos reassentados. De forma particular, pretendíamos traçar o perfil e a trajectória dos reassentados; descrever as relações sociais estabelecidas entre os reassentados ou moradores de Cateme, por último, compreender as representações construídas sobre o Centro de Reassentamento de Cateme.

Os dados foram recolhidos através de entrevistas não-estruturadas e conversas informais com residentes de Cateme nos Bairros de Chipanga, Bagamoio, Mithethe e Malabwe, representantes do Governo e da empresa Vale. A escolha de Cateme deveu-se ao facto de estar na província de Tete local onde ocorre muita mobilidade espacial devido a exploração mineira. Esta mobilidade foi tomada como base para se perceber a relação entre espaço e identidades. Tratou-se nesse caso da necessidade de captar valores, crenças, significados, visões, interpretações, representações e opiniões dos indivíduos acerca da mudança de local de residência.

Palavras-chave: *Cateme; Reassentamento; espaço e identidade social*

Índice

Dedicatória.....	ii
Glossário.....	iv
Abreviaturas.....	v
1. Introdução.....	1
2. Metodologia.....	6
2.1. Constrangimentos.....	8
3. Um olhar antropológico sobre espaço e identidade.....	10
4. Deslocamentos forçados em Moçambique.....	14
5. Processo de reassentamento em Cateme.....	19
6. A chegada dos reassentados no novo espaço.....	23
6.1. Casa para toda a vida.....	24
6.2. Muda o espaço, muda a economia.....	27
7. Considerações Finais.....	31
8. Referências Bibliográficas.....	33

1. Introdução

Numa análise sobre reassentamento populacional na cidade de Maputo Araújo (2002) aborda as relações que se estabelecem entre a população e o espaço físico. Defende que a transferência de população de um lugar para o outro deve implicar na melhoria de condições de vida dessa população. Neste sentido, o autor dá ênfase à abordagem económica do desenvolvimento, olhando para as vantagens económicas da empresa e do governo. Numa visão contrária, Oliver-Smith (2001) refere que o reassentamento é tido como a expressão mais aguda de perda de poder das pessoas pelo facto de constituir a perda de controlo sobre o espaço físico.

Em parte as visões, o posicionamento de Araújo faz emergir uma ideia materialista do reassentamento que, por um lado, permite perceber alguns factores que condicionam o reassentamento e os prováveis benefícios que daí podem surgir e, por outro, dificulta o entendimento dos sentidos, significados que os indivíduos elaboram e como eles se identificam com o espaço de reassentamento.

Porque pensamos que a retirada de indivíduos de um local para o outro, naquilo que poderemos chamar por reassentamentos involuntários, influenciam na forma como os indivíduos se relacionam com o espaço, a nossa pesquisa segue os pressupostos defendidos por Casal (1996) que defende que o modo como os indivíduos se relacionam com a terra tem implicações de cariz socio-antropológico, pois, a antropologia interessa-se por esta mudança de pessoas de um espaço para o outro, do estabelecimento de novas redes e relações sociais (habitat).

Neste trabalho analisamos as identidades sociais em torno do espaço no âmbito do reassentamento, a partir de um estudo realizado no centro de reassentamento de Cateme. Neste sentido, procurámos analisar o processo de construção das identidades sociais em torno dos espaços (Moatize e Cateme) por parte dos reassentados. De forma particular, partimos para a identificação e caracterização do perfil e trajectórias dos reassentados; descrevemos as relações sociais estabelecidas entre os reassentados ou moradores de Cateme e, por último, procurámos compreender as representações construídas sobre o Centro de Reassentamento de Cateme.

O interesse pelo tema surge primeiro da observação de alguns bairros de reassentamento na Província de Tete segundo pelo facto de Moçambique, na altura destes reassentamentos, não

dispor de uma legislação específica que regulamentava os reassentamentos involuntários. Porém, a Lei Ambiental nacional determina a necessidade de compensação de perdas pessoais e patrimoniais da população que vive na área do projecto, mas apenas no contexto de violação da lei mencionada¹. A Lei de Minas, no entanto, enuncia que o detentor de uma concessão de mineração tem de compensar qualquer dano causado a colheitas, construções e benfeitorias.

Ela também estabelece a obrigação de reassentar a população afectada, no que os termos e condições do reassentamento devem ser combinados entre a companhia mineira, o governo e as comunidades afectadas. Em caso de discordância sobre os termos da compensação, as partes podem recorrer à mediação do Ministério de Minas e Energia².

Na prática, as companhias têm adoptado a política do Banco Mundial para reassentamentos involuntários³ para orientar seus planos de reassentamento em Moçambique. A política define princípios e preocupações principais a serem considerados pelas companhias na elaboração e apresentação de planos de reassentamento. Reconhecendo que o deslocamento de grupos implica riscos sociais, económicos e ambientais, a política recomenda que reassentamentos involuntários sejam evitados ou minimizados.

Quando isso não é possível, eles devem ser concebidos como programas de desenvolvimento sustentável, com o objectivo de restabelecer ou até melhorar as condições anteriores ao deslocamento⁴. O Banco Mundial (BM) sublinha a necessidade de informar pessoas desalojadas sobre seus direitos e opções em relação ao reassentamento, e providenciar “compensação rápida e efectiva equivalente ao custo total de reposição por perdas de activos atribuíveis directamente ao projecto”⁵.

Outra obrigação, especialmente relevante no contexto da população predominantemente camponesa, como é o caso de Moçambique, é apresentar alternativas para as pessoas

¹ Art. 27, Decreto 26/2004, de 20 de agosto de 2004

² Art. 5, Decreto 45/2004, de 9 de setembro de 2004.

³ Art. 21, Lei 20/97, de 1997.

⁴ Art. 107, Decreto n° 28/2003 de 17 de junho de 2003, que regulamenta a Lei de Minas.

⁵ World Bank OP 4.12, de dezembro de 2001.

desalojadas, cujo “potencial produtivo, localização e outros factores sejam, no mínimo, equivalentemente vantajosos em conjunto aos do local antigo”⁶.

Isso implica que a disponibilidade e qualidade dos meios e recursos de subsistência devem ser no mínimo, mantidas, incluindo a aptidão agrícola da terra, o acesso aos mercados e infraestruturas. Ao nível provincial as comissões de reassentamento são compostas por representantes administrativos provinciais (recursos minerais, ambiente, agricultura e obras públicas e habitação), o administrador do distrito, o presidente do conselho municipal, e o Secretário Permanente do Governo da Província que no caso da província de Tete preside a comissão que foi instituída para lidar com questões de reassentamento decorrentes de projectos de mineração.

Em termos gerais, as companhias contratam consultores para realizar estudos de impacto socioeconómico e ambiental, para registar a população com direito à compensação e para fazer o inventário de propriedades e bens a serem compensadas e do valor delas. Isso significa que são essencialmente os consultores os responsáveis por realizar a consulta e conversar com a população afectada. Com base nos estudos feitos por esses consultores, as companhias submetem à comissão de reassentamento o plano de reassentamento para aprovação. A comissão de reassentamento (CORE) é assessorada por uma comissão técnica e operacional responsável pela implementação do plano de reassentamento. Autoridades locais e representantes comunitários fazem parte da comissão técnica⁷.

Esta visão do Estado coincide ideias encontradas em autores como Negrão et al (1997) no estudo sobre reassentamentos pós-cheias no qual referem que as formas de reassentamento humano resultam de um conjunto amplo de características referentes a uma região particular, definição de forma coerente de como a população ocupa esse espaço. Tal ocupação é determinada pela acção de diversos factores salientando-se como principais, por um lado, as condições naturais e de recursos (solo, fontes de água e topografia) e, por outro, a forma de produção material cultural e a reprodução das condições de vida dessa população, é o conjunto de tais factores e características que determinam um assentamento concreto ou um padrão de assentamento.

⁶ Item 2, World Bank OP 4.12, de dezembro de 2001.

⁷ Item 6, (b), (ii), World Bank OP 4.12, de dezembro de 2001.

Com início da exploração mineira em Moatize liderado pela Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), muitas famílias foram retiradas de um espaço para um outro considerado seguro e adequado para que estas não fossem afectadas pelo curso das actividades do empreendimento. Para o efeito, foram criados dois centros de reassentamento, nomeadamente Cateme e Bairro 25 de Setembro⁸. Esta instituição ergueu habitações, escolas, posto de saúde, posto policial que foram doadas aos novos moradores de Cateme.

A mudança de Moatize para Cateme trouxe com o passar do tempo certo descontentamento por parte dos visados pelo facto de: a) Cateme localizar-se distante da Vila de Moatize; b) as casas construídas não corresponderem ao modelo inicialmente apresentado pelo projecto, as mesmas serem consideradas precárias por não possuírem vigas e fundações; c) Cateme não ser atravessado por nenhum rio e as suas actividades no local de origem estarem dependentes da água dos rios Rovubwe e Moatize; d) As terras serem consideradas impróprias para a prática da agricultura.

Essa realidade vem contradizer com as visões acima expostas que defendem que a transferência da população de um lugar para o outro deve implicar na melhoria de condições de vida dessa população. Daqui surgiram duas questões: *Como é percebida a mudança de Moatize para Cateme? Quais significados os indivíduos atribuem a mesma?*

Com esta pesquisa trazemos subsídios nos estudos sobre espaço e identidade social, na mesma linha sugerida por Cadoret (2003) quando afirma que toda a sociedade imprime sua marca sobre o espaço e, inversamente, o espaço aparece como um modo de manifestação ou de expressão da sociedade. O autor acrescenta ainda que este movimento ocorre nos dois sentidos, não se pode definir a primazia de um dos termos (indivíduo ou espaço).

Esta ideia encontra-se também em Bechelany (2008) quando afirma que toda a sociedade constrói significação sobre o espaço onde vive, classificando-o de acordo com o seu sistema conceptual. Ao mesmo tempo, o espaço impõe sobre o desenvolvimento material e cultural de uma sociedade implicações que exigem modulações da acção e do pensamento.

A identidade é vista pelos diversos autores, primeiro, como algo essencial, natural e fixo e segundo como algo mutável, relacional, processual e construído (Woodward 2000; Pina Cabral 2003).

⁸ www.tvn.co.mz/especialreportagem

A questão de espaço e identidade é abordada olhando para a análise do modo de vida, como um determinado contexto se torna uma experiência colectiva em que as representações são construídas de acordo com lógicas próprias de determinada sociedade. Essas lógicas funcionam como princípios que orientam as acções dos indivíduos em suas relações com a natureza e com outros objectos do seu meio (Certeau 1994, Tim Ingold 2000; Haaland 2009).

As visões acima apresentadas por Certeau (1994), Ingold (2000) e Haaland (2009), permitem perceber o espaço como sendo dotado de sentidos, significados e representações, no qual os indivíduos expressam sentimentos, pensamentos, comportamentos e estabelecem relações e identidades. O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma saber: metodologia; um olhar antropológico sobre o espaço e identidade; estado e o sector privado na questão do reassentamento; processo de reassentamento; reassentados no novo espaço; considerações finais.

2. Metodologia

Sendo o objecto de estudo da presente pesquisa a análise de identidades em torno do espaço, a abordagem qualitativa, combinada com a observação directa, permitiu captar os significados, as aspirações, as atitudes, as crenças e os valores que os indivíduos reassentados em Cateme atribuem a mudança de espaço de residência ocorrida com a implementação do projecto Carvão de Moatize.

Um outro procedimento adoptado para a elaboração do trabalho foi a constante revisão bibliográfica que teve início em Julho de 2010. A revisão de literatura foi importante por ter permitido o contacto com obras que abordam questões ligadas ao tema, teorias, conceitos que sustentaram a colocação do problema de pesquisa e a sua justificação. Neste contexto, foram consultados artigos científicos, na internet, jornais, teses e relatórios nas bibliotecas do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), Centro de Estudos africanos (CEA), Biblioteca Central Brazão Mazula, ARPAC e biblioteca do Ministério de Educação que contribuíram para melhor enquadramento do tema em estudo.

O estudo foi realizado no povoado de Cateme, Distrito de Moatize, Localidade de Kambulatsisti, na Província de Tete em Julho de 2011 e Fevereiro de 2012. A escolha de Cateme deveu-se ao facto de estar na província de Tete local onde ocorre muita mobilidade espacial devido a exploração mineira. Esta mobilidade foi tomada como base para se perceber a relação entre espaço e identidades. Tratou-se nesse caso da necessidade de captar valores, crenças, significados, visões, interpretações, representações e opiniões dos indivíduos acerca da mudança de local de residência.

Através do método acima referido desenvolvemos uma pesquisa etnográfica em Cateme onde, através da observação directa no terreno, estabelecemos algumas conversas informais e entrevistas não-estruturadas com o intuito de recolher dados de experiências e vivências dos informantes. Esta etapa é de capital importância na ciência antropológica. Augé & Colleyn (2004) referem que através da etnografia o investigador participa na vida quotidiana de uma cultura diferente, tanto próxima quanto longínqua, observando e registando o que vê.

Tal como refere Goldemberg (2001) citando Malinowki (1992) a observação directa de um meio social permite compreender como os indivíduos culturalmente formados dão significados às suas lógicas particulares, características de cada cultura a partir do que estes dizem que fazem, do que realmente fazem e o que pensam a respeito do que fazem.

As entrevistas não-estruturadas foram individuais e colectivas e orientadas por um guião de tópicos, o que permitiu um maior aprofundamento das questões levantadas. As vantagens desta ferramenta são apontadas por Marconi & Lakatos (2006:36).

No que concerne ao perfil e o número de entrevistados, foi feito um total de 20 entrevistas das quais 12 foram individuais e 8 colectivas. Das indivíduos 10 foram feitas a homens com idades que variam entre 18 a 65 anos de diferentes categorias tais como: representantes do Governo local, Líderes comunitários, funcionários da Vale, Jovens estudantes e camponeses. Também foi feita uma entrevista a duas mulheres representantes do governo local. Das entrevistas colectivas foram feitas a homens e mulheres com idade compreendida entre 25 a 70 anos, todos eles camponeses.

As entrevistas foram feitas na Vila de Moatize, no conselho Municipal de Moatize, nos escritórios da Vale, no Instituto Médio de geologia e Minas, No departamento de Infra-estrutura, em Cateme e em Malabwe. A escolha desses locais de entrevista deveu-se ao facto dos entrevistados estarem intrinsecamente ligados ao projecto Carvão de Moatize desenvolvido pela Vale e pela disponibilidade dos entrevistados.

A escolha destas categorias de informantes foi intencional. Pensamos que para compreendermos a questão do espaço e identidade e os significados que os indivíduos atribuem ao espaço, decorrente da mobilidade espacial ocasionada pela exploração mineira em Moatize, devíamos necessariamente colher percepções a três grupos de informantes. O primeiro constituía os reassentados de Cateme para perceber que significados os indivíduos atribuem a essa mudança de espaço. O segundo grupo constituía os representantes do governo local como órgãos que velam pelos indivíduos. O terceiro grupo constituía os implementadores do projecto, são os que mais estimularam a mudança, perceber dele qual a sua visão sobre o deslocamento dos indivíduos. Por se tratar de três grupos de informantes aplicou-se um guião de entrevistas para cada grupo.

Os trabalhadores vivem com suas esposas e filhos. Alguns estudantes vivem sozinhos e outros vivem com seus pais. Durante a semana estes dedicam-se aos estudos e ao trabalho e nas horas livres bebem (Cerveja, Vinho, Gin, Nipa, Bwadua), jogam futebol, namoram, conversam com amigos e saem para passear. Nos finais de semana, estes dedicam-se ao lazer, repouso, visita aos familiares, saem com amigos e vão a igreja.

Observa-se que há um número substancialmente maior de entrevistados do sexo masculino. Deve-se ao facto do horário de realização das entrevistas das 10 as 14 horas, não ser compatível com a disponibilidade das mulheres em Cateme. Muitas mulheres são donas de casa e se ocupam neste período com o trabalho doméstico (cuidar da Casa, preparar alimentos).

Ao longo da pesquisa recorreremos a um diário de campo, por vezes recorreremos a gravador pelo facto de, maior parte das entrevistas terem sido feitas na língua Ci-nyungue e da dificuldade de memorização do conteúdo das conversas que por vezes apresentavam-se intensas e em grupo que cadenciavam de uma atenção profunda para posteriormente serem reproduzidas com máxima fidelidade.

Durante o trabalho de campo, usou-se também a fotografia, como uma técnica de recolha de dados. Fotografaram-se as habitações, os compartimentos das mesmas, as escolas, o posto policial, o centro de conhecimento, o hospital, as bancas, as machambas, a praça e as fontenárias. As fotografias visavam mostrar como os moradores manipulam as regras de elaboração da sua realidade.

Outro momento de pesquisa constitui o tratamento de dados do terreno. O quadro teórico e o instrumento de recolha de dados serviram de orientação. Fez-se as leituras das entrevistas, do diário de campo e criou-se uma grelha de conteúdos das respostas o que permitiu identificar e agrupar respostas semelhantes e contraditórias. De seguida apresentou-se os resultados num diálogo com autores que abordam a temática o que posteriormente possibilitou a elaboração do relatório que se apresenta.

2.1. Constrangimentos

Portela (2004) chama atenção para a necessidade do pesquisador levar em consideração possíveis dificuldades a serem enfrentadas ao desenvolver a pesquisa. Tendo em conta esta chamada de atenção a seguir apresentamos alguns constrangimentos encontrados durante o trabalho de campo. Quando chegamos em Moatize a população de Cateme encontrava-se num período de conflito com a Vale e o governo Distrital. O conflito foi justificado por parte da população como tendo origem no não cumprimento das promessas feitas pela Vale durante o processo de reassentamento, por outro, estava a não-aceitação, por parte dos naturais de Cateme, dos novos residentes provenientes de Moatize o que fez com que moradores de Malabwe desistissem do reassentamento e voltassem para o seu local de origem. Isto

influenciou bastante na posição dos indivíduos durante as entrevistas. Assim, limitamo-nos a colher informação com informantes indicados pelos líderes comunitários que muitas vezes alegaram que os seus chefes é que estariam mais aptos a dar explicações mais precisas.

Um outro constrangimento constatado durante a pesquisa foi o facto de moradores do Bairro de Malabwe terem regressado aos seus locais de origem e com isso tivemos que percorrer longas distâncias a pé. Visto que o líder de Malabwe comunicou um dos seus filhos que teria uma visita, ouvindo isso, reuniu a sua estrutura do bairro para receber a visita. Quando se chegou a este bairro encontramos toda a estrutura do bairro reunida e para ultrapassar a situação dialogamos com todas as pessoas ali presentes sobre o reassentamento ouvindo ordenadamente cada um dos presentes.

Com a dificuldade de transporte de Moatize para Cateme fez com que o início das entrevistas dependesse não apenas da disponibilidade dos nossos informantes mas também da disponibilidade do transporte. Desta forma, muitas vezes tivemos que antecipar as nossas visitas a Cateme.

3. Um olhar antropológico sobre espaço e identidade

Neste capítulo fazemos a recensão dos vários olhares que acompanharam o debate sobre o espaço e identidade onde procuramos dar conta da dimensão construída e relacional da identidade para reforçarmos a ideia da constituição e reafirmação do espaço.

Das reflexões teóricas sobre o espaço e identidade destaca-se a combinação entre a perspectiva ontológica ou culturalista e a histórica ou contextualizaste. Enquanto a “perspectiva ontológica” compreende a identidade inserida em quadros culturais estruturantes e constrangedores (os hábitos e as memórias) que dirigem as escolhas de identificações feitas pelos actores sociais, operando sob uma orientação formal, a “perspectiva histórica” pretende evidenciar os conteúdos objectivos das identidades (indicadores culturais), tais como os traços que presidem às diferenciações e à tipologia dos lugares, privilegiando o aspecto épico e as especificidades linguísticas (como a pronúncia), primando, assim, por uma análise substantiva (Hodder, 1987). Para este autor, o espaço é definido como um centro de significados ou foco de conexão emocional humana que dá as pessoas um senso de identidade

Para melhor elaborar esse lugar de observação, Setha Low (2002) propõe uma distinção que não pode ser senão analítica, posto que esses elementos são indistinguíveis no mundo social entre a produção social e a construção social do espaço. Para o autor, o espaço é, portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia cultural manifestada nas relações políticas, sociais, económicas e culturais.

Segundo a mesma linha de argumento, no estudo sobre os espaços Augé (1994) define os lugares característicos da sociedade sobre moderna, a que chama não lugares, por oposição aos lugares tradicionais, a que chama lugares antropológicos. Estes últimos são portadores de três dimensões: são identitários, históricos e relacionais. Isto significa que os lugares produzem nos seus habitantes um efeito de identidade de si próprios e que esse efeito decorre, por um lado, do facto de se estabelecerem relações sociais entre os habitantes de um lugar e, por outro lado, do facto de existir uma memória colectiva do lugar que se actualiza por meio das narrativas.

As visões acima expostas permitem perceber o espaço como estando dotados de sentidos, significados e representações, onde os indivíduos expressam sentimentos, pensamentos, comportamentos e estabelecem relações e identidades.

Loforte (1984) refere que a construção de identidade étnica pressupõe, normalmente, dois processos distintos simultaneamente contraditórios: Um, em que os autores sociais perdem a sua distinção cultural, ajustando-se a uma nova realidade, integrando-se assim a conjuntos mais vastos de pertença e a eles se incorporando; e outro, em que se assiste uma distinção e exclusão, pois, os discursos e práticas dos grupos sociais enfatizam e confirmam a sua identidade cultural autónoma e diferenciada. Neste último caso, o grupo ajusta-se á nova realidade, reorganizando, por vezes, as suas práticas tradicionais sob novos símbolos para realçar, estabelecer fronteiras, conduzindo, deste modo a identidades sincréticas e ambivalentes.

A identidade é vista pelos diversos autores, primeiro, como algo essencial, natural e fixo e segundo como algo mutável, relacional, processual e construído. A identidade social é um conceito relacional e conforme afirma Pina Cabral (2003) processual e relativo, assim, mais do que se focar nos critérios que a tornam inteligível é importante focar-se no contexto da sua avaliação, já que a “produção de identificações e diferenciações sociais no decorrer da vida social assenta sempre sobre a inserção em contextos de referência” (Pina Cabral 2003:5). Para este autor, a distinção entre a identidade colectiva e individual não faz sentido uma vez que as “as identidades são sempre socialmente construídas, e por isso, múltiplas e variáveis” (Costa 2002:26).

Esta ideia é compartilhada por Bourdieu (2000) & Haesbaert (2001), ao defenderem que a identidade é uma construção histórica dos seus sujeitos na relação e interacção espaço-temporal com a alteridade e com o Outro. É, portanto, uma identidade social, que conforme assinala, se define e se afirma na diferença.

Por seu turno, Mourão e Cavalcante (2006) referem que identidade social é o aspecto do autoconceito que o ser humano adquire através do conhecimento de seu pertencimento a um grupo ou grupos sociais com sentimentos de valoração. Assim o entorno físico pode se constituir como ponto importante para construção de sua identidade. O termo pode receber diversas denominações sendo mais comum identidade de lugar e identidade social.

As visões acima apresentadas mostram que, por um lado, o espaço constitui um sistema simbólico no qual os indivíduos constroem identidades como também discriminam e hierarquizam grupos sociais. Por outro lado, as visões permitem perceber que os indivíduos ao mudarem de espaço mergulham-se num jogo de sentidos, significados e representações que lhes permitem construir identidades unindo ou excluindo os a um determinado grupo social.

Moura (2006) na sua obra *espaço, lugar, identidade e urbanização: conceitos geográficos na abordagem do turismo* refere que este sistema simbólico é visto como sendo o espaço. Para a autora, o espaço é um sistema de significação e por meio dele são traduzidas boa parte das nossas relações sociais e elaboradas muitas das nossas experiências diárias, na qual criamos ao traduzir sentimentos e relações sociais que, por sua vez, formam um sistema de classificação de coisas, indivíduos e grupos. O espaço permite um exercício de classificação do mundo que nos cerca a partir de si mesmo.

As ideias que acabamos de apontar dão conta de uma postura na análise das identidades que valoriza o aspecto construído e discursivo da identidade. É o mesmo modelo que Vieira (1999) refere que a identidade é, assim, um processo complexo de (re) construção permanente, flexível e dinâmico, é uma constante reestruturação, constante transformação. Portanto, a (re) construção da identidade pessoal e social é um processo complexo e intrínseco a cada indivíduo, (eu sou exclusivamente eu, embora tenha muitos outros e de outros), não é uma mera reprodução da esfera social e cultural onde ele se movimenta.

Neste contexto, o mundo é composto por experiências pessoais, nas quais os lugares vividos são reforçados pelos mundos descritos na literatura, nas artes, na imaginação, na fantasia, contribuindo para a construção de nossas imagens sobre a natureza e de tudo que o homem constrói além de sua própria imagem. As experiências diárias vêm compor o quadro individual sobre a realidade, na qual todos somos artistas e arquitectos de paisagens, cujas lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias, permite-nos criar e organizar o espaço, tempo e causalidade, de acordo com nossas percepções e predilecções (Machado 1999).

As diferentes formas de olhar o espaço e identidade, acima aludidas, permitem assumir uma perspectiva simbólica (Loforte 1984; Hodder 1987; Brandão citando Costa 1988; Machado 1999; Lefebvre, 2008;). Esta perspectiva assenta na análise dos relatos das experiências dos

reassentados enquanto reveladoras de representações e identidades, relacionando o espaço a identidade.

Assumir esta perspectiva permite por um lado olhar o reassentamento e o espaço como estando dotado de sentidos e representações, através dos quais os indivíduos constroem identidades, como também discriminam e hierarquizam grupos sociais. Por outro lado, a mesma permite olhar os deslocados como agentes que procuram dar sentidos, significados, representações e novas formas às suas práticas e aos espaços em que vivem.

Nesta pesquisa optou-se por se usar as ideias trazidas por os autores como (Bourdieu 2000, Hasbeart 2001 & Pina Cabral 2003) que definem identidade como algo relacional, construído, contextual e histórico dos seus sujeitos na sua relação espaço temporal com a alteridade e com os outros.

4. Deslocamentos forçados em Moçambique

Neste capítulo apresentamos a forma como o Estado lidou com os vários processos de deslocamentos forçados ocorridos ao longo da história recente em Moçambique, numa análise que inicia no período colonial até a actualidade, sobretudo no que se refere ao contexto de explorações mineiras na região de Moatize que se inserem na abordagem actual do desenvolvimento em que está a ser provida a exploração de recursos naturais em grande escala.

Nos últimos anos da presença colonial em Moçambique parte da população rural foi concentrada em *aldeamentos* promovidos pelos portugueses. Sob controlo do exército colonial, os aldeamentos pretendiam não apenas controlar a população camponesa e evitar seu contacto com os guerrilheiros da Frelimo, mas também materializar um imenso esforço de propaganda em torno da melhoria das condições de vida da população rural moçambicana levada a cabo pelo Estado colonial português em sua última década de presença no continente africano (Geffray 1991).

Araújo (1998: 371) na sua obra *Aldeias Comunais e o seu Papel na Distribuição Territorial da População rural na Republica de Moçambique* escreve que a constituição da Republica Popular de Moçambique refere que “a terra e os recursos naturais no solo e no subsolo, nas águas e na plataforma continental de Moçambique, são propriedades do Estado. O Estado determina as condições do seu aproveitamento e do seu uso”. Desta forma, foram criadas as condições para que o Estado passasse a planificar a utilização da economia nacional.

O Estado encorajou camponeses e trabalhadores industriais a organizarem-se em forma colectiva de produção. Para isso tornou-se necessário alterar toda a distribuição territorial da população rural, criando condições para o surgimento dum povoamento concentrado. Surgem assim as aldeias comunais, não apenas como uma forma de organização da actividade económica rural. As aldeias comunais surgem como forma de atingir a produção colectiva e de se desenvolver de forma equilibrada a mecanização e especialização agrícola e a conservação dos recursos naturais

Nos dezassete anos que se seguiram à independência, boa parte da população moçambicana foi objecto de deslocamentos forçados, ora como consequência de projectos específicos de

desenvolvimento ou expedientes repressivos levados a cabo pelo regime socialista, ora em função da cruel guerra civil na qual mergulhou o país.

Entre os projectos de desenvolvimento, destacam-se as grandes empresas agrícolas que tinham como propósito concentrar a população camponesa do país, ou mesmo operações de deportação massiva de indivíduos classificados como “improdutivos” para regiões longínquas, onde deveriam transformar-se em mão-de-obra rural. Milhares de indivíduos foram ainda objecto de expedientes repressivos, os quais se traduziram nos “campos de reeducação” ou em campos de prisioneiros políticos, para onde eram enviados aqueles considerados inimigos do processo revolucionário em curso (Araújo, 1998).

Para os casos em que ocorrem deslocamentos forçados resultantes de actividades económicas, no passado dia 8 de Agosto, foi publicado o Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto, que aprovou o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento resultante de Actividades Económicas. Este regulamento vem estabelecer as regras e princípios básicos a que fica sujeito o processo de reassentamento, resultante de actividades económicas de iniciativa pública ou privada, efectuadas por pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, com vista à promoção da qualidade de vida dos cidadãos e à protecção do ambiente. É aplicável a todo o território nacional e às pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, envolvidas no processo de reassentamento.

Neste regulamento, o reassentamento é entendido como a deslocação ou transferência da população afectada pela implantação de empreendimentos económicos, de um ponto do território nacional para outro, acompanhada da restauração ou criação de condições iguais ou acima do padrão de vida anterior, visa impulsionar o desenvolvimento socioeconómico do país e garantir que essa população tenha uma melhor qualidade de vida e equidade social, tendo em conta a sustentabilidade dos aspectos físicos, ambientais, sociais e económicos.

A população directamente afectada pelo projecto, que é entendida como aquela que tenha perdido totalmente os seus bens, como casas, meios de subsistência e outro tipo de infra-estruturas tem direito:

A ver restabelecido o seu nível de renda, igual ou superior ao anterior; A ver restaurado o seu padrão de vida igual ou superior ao anterior; A ser transportada com os seus bens para o novo local de residência; A viver num espaço físico infra-estruturas, com equipamentos sociais; A

ter espaço para praticar as suas actividades de subsistência; A dar opinião em todo o processo de reassentamento⁹.

Antes da aprovação do decreto acima apresentado, o Estado recorria à conjugação de várias legislações como: Lei de terras¹⁰, a Lei Ambiental¹¹, Lei de Minas e a política do Banco Mundial¹².

A Lei de Terras define a terra como sendo propriedade do Estado. Não pode ser vendida ou alienada, hipotecada ou privatizada. Pessoas individuais e empresariais nacionais, homens e mulheres, bem como comunidades locais podem ser detentoras do direito de uso e benefício da terra. A Lei Ambiental determina a necessidade de compensação de perdas pessoais e patrimoniais da população que vive na área do projecto. A Lei de Minas, no entanto, enuncia que o detentor de uma concessão de mineração tem de compensar qualquer dano causado a colheitas, construções e benfeitorias. Ela também estabelece a obrigação de reassentar a população afectada, no que os termos e condições do reassentamento devem ser combinados entre a companhia mineira, o governo e as comunidades afectadas. Em caso de discordância sobre os termos da compensação, as partes podem recorrer à mediação do Ministério de Minas e Energia¹³.

A Política Operacional 4.12 do Banco Mundial (Banco Mundial, 2004) é considerada, internacionalmente, como o conjunto de directrizes padrão para reassentamento. O objectivo fundamental da planificação do reassentamento, tal como capturado na PO 4.12, é evitar o reassentamento sempre que possível, ou, nos casos em que o reassentamento é inevitável, minimizar a sua dimensão e explorar todas as alternativas viáveis.

Quando a ocupação da terra e o reassentamento involuntário são inevitáveis, devem ser levadas a cabo actividades de reassentamento e compensação, de forma a criar oportunidades suficientes para as pessoas afectadas participarem na planificação e implementação da operação. Adicionalmente, no caso de os rendimentos serem negativamente afectados, é necessário efectuar investimentos adequados de forma a conferir às pessoas deslocadas pelo projecto a oportunidade de pelo menos restabelecerem os seus rendimentos.

⁹ Decreto n.º 31/2012, de 8 de agosto

¹⁰ Lei n.º 19/97 de 1 de Outubro

¹¹ Art. 27, Decreto 26/2004, de 20 de agosto de 2004

¹³ Recorre-se ao ministério de tutela ou dizer que no âmbito da criação desta lei foi o ministério de Minas e energia que agora separou-se para ministério dos recursos minerais e ministério das minas.

A partir da PO 4.12. Ocupação de Terra e Reassentamento Involuntário está directamente relacionado com reassentamento. Este documento determina:

Quando o reassentamento involuntário for inevitável, o cliente realizará um censo para recolher dados socioeconómicos de base visando identificar as pessoas que serão deslocadas pelo projecto, determinar quem será elegível para fins de compensação e assistência e evitar o afluxo de pessoas não elegíveis para estes benefícios. Na ausência de procedimentos do governo hospedeiro, o cliente estabelecerá uma moratória para elegibilidade. Informações concernentes à moratória serão bem documentadas e disseminadas em toda a área do projecto.

A política do Banco Mundial recomenda a compensação terra por terra para os proprietários da terra. Outra compensação (perda de bens, subsistência produtiva) é feita ao 1 custo de substituição. Deve-se dar preferência a estratégias de reassentamento baseadas na terra para pessoas deslocadas cuja subsistência é baseada na terra. Estas estratégias podem incluir reassentamento em terra pública ou terra privada adquirida ou comprada para reassentamento.

Para o caso do reassentamento de Cateme, a Vale adoptou a Política do Banco Mundial. A política define princípios e preocupações principais a serem considerados pelas companhias na elaboração e apresentação de planos de reassentamento. Reconhecendo que o deslocamento de grupos implica riscos sociais, económicos e ambientais, a política recomenda que reassentamentos involuntários sejam evitados ou minimizados. Quando isso não é possível, eles devem ser concebidos como programas de desenvolvimento sustentável, com o objectivo de restabelecer ou até melhorar as condições anteriores ao deslocamento¹⁴.

O Banco Mundial sublinha a necessidade de informar as pessoas desalojadas sobre seus direitos e opções em relação ao reassentamento e providenciar “compensação rápida e efectiva equivalente ao custo total de reposição por perdas de activos atribuíveis directamente ao projecto”¹⁵.

Outra obrigação, especialmente relevante no contexto de população camponesa predominante, como é o caso de Moçambique, é apresentar alternativas para as pessoas desalojadas, cujo “potencial produtivo, localização e outros factores sejam, no mínimo, equivalentemente vantajosos em conjunto aos do local antigo”¹⁶. Isso implica que a disponibilidade e qualidade dos meios e recursos de subsistência devem ser no mínimo mantidas, incluindo a aptidão agrícola da terra, o acesso aos mercados e a infraestrutura.

¹⁴ Art. 107, Decreto n° 28/2003 de 17 de junho de 2003, que regulamenta a Lei de Minas.

¹⁵ World Bank OP 4.12, de dezembro de 2001.

¹⁶ Item 2, World Bank OP 4.12, de dezembro de 2001.

No nível provincial, comissões de reassentamento compostas por representantes administrativos provinciais (recursos minerais, ambiente, agricultura e obras públicas e moradia), o administrador do distrito, o presidente do conselho municipal e o Secretário Permanente de Governo da Província que, no caso da província de Tete, preside a comissão que foi instituída para lidar com questões de reassentamento decorrentes de projectos de mineração.

Esta visão do Estado que é encontrada em alguns autores como Negrão et al (1997) no estudo sobre reassentamentos pós-cheias. Estes autores referem que as formas de reassentamento humano resultam de um conjunto amplo de características referentes a uma região particular, definição, de forma coerente, de como a população ocupa esse espaço. Tal ocupação é determinada pela acção de diversos factores salientando-se como principais, por um lado, as condições naturais e de recursos (solo, fontes de água e topografia) e, por outro, a forma de produção material cultural e a reprodução das condições de vida dessa população, é o conjunto de tais factores e características que determinam um assentamento concreto ou um padrão de assentamento.

Araújo (2002) abordando a questão de reassentamento populacional na cidade de Maputo analisa as relações que se estabelecem entre a população e o espaço físico. Defende que a transferência de população de um lugar para o outro deve implicar na melhoria de condições de vida dessa população. Neste sentido, o autor dá ênfase a abordagem económica do desenvolvimento, olhando para as vantagens económicas da empresa e do governo.

Numa visão contrária, o Departamento de Arqueologia e Antropologia DAA (2008) refere que o reassentamento é tido como a expressão mais aguda de perda de poder das pessoas pelo facto de constituir a perda de controlo sobre o espaço físico citando Anthony Oliver-Smith (2001). A pesquisa em alusão refere também que o local onde se habita é uma referência para o indivíduo que se relaciona com a sua identidade, cultura, hábitos e expectativas.

Seguindo a proposta de Oliver-Smith (2001) podemos considerar que a abordagem do governo de Moçambique, em articulação com ferramentas internacionais sobre deslocamentos forçados, tendem a ser essencialistas e simplistas fazendo emergir delas uma ideia materialista do reassentamento que, por um lado, permitem-nos perceber alguns factores que condicionam o reassentamento e os benefícios que podem surgir disso. Por outro,

dificulta o entendimento dos sentidos, significados que os indivíduos elaboram e como eles se identificam com o espaço de reassentamento.

Podemos dizer que o Estado lida com a questão dos deslocamentos forçados de uma forma impositiva, o Estado impõe discursivamente o modelo de vida da população envolvida nestes processos. Prevaleceu dentro destes processos uma visão do Estado que defende a melhoria das condições de vida da população ligado à habitação e meios de produção. Tanto no processo de construção das aldeias comunais como no reassentamento de Cateme o objectivo foi sempre apresentado como a melhoria das condições de vida da população rural.

No capítulo que de segue poderemos abordar o processo de reassentamento de Cateme tal como o governo e a empresa Vale implementaram suas políticas.

5. Processo de reassentamento em Cateme

Neste capítulo procuramos, numa primeira fase, fazer uma breve caracterização do local de estudo e de seguida traçar o contexto onde decorreu o reassentamento em Cateme, com enfoque para os autores envolvidos neste processo.

Moatize é um Distrito da Província de Tete que dista cerca de 20kms da cidade de Tete, com sede na Vila de Moatize. Faz fronteira a Norte com o Distrito de Tsangano, a Noroeste e Oeste com o Distrito de Chiuta, a Sudeste com o Distrito de Changara e a cidade de Tete, a Sudeste com o Distrito de Mutarara e a Leste com Malawi (Ministério da Administração Estatal-MAE 2005).

O nosso estudo foi desenvolvido na localidade de Kambulatsitsi no povoado de Cateme que dista cerca de 40kms do Distrito de Moatize. A agricultura é a actividade dominante e envolve quase toda a população do Distrito. De uma forma geral a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares, cultivam Milho, Mapira/Mexoeira, o Feijão Nhemba, Manteiga, a Mandioca e o Amendoim, Tomate, Couve, Repolho Quiabo, entre outros produtos. A atividade Agrícola é complementada pela pecuária e a produção de tijolos para construção. As famílias domesticam Galinhas, Patos, Cabritos, Bois, Porcos, servindo de criação tanto para venda e consumo.

De acordo com o MAE (2005) a população de Moatize é maioritariamente das etnias Nyungue, que se distribuem pelos postos administrativos de Moatize-sede, Kambulatsitsi e autarquia da Vila de Moatize; Cheua localizada no posto Administrativo de Zóbwe.

Em 2004 foi lançado um concurso internacional com vista à selecção de entidades com experiência e capacidades produtivas comprovadas para o desenvolvimento de um projecto de exploração do carvão de Moatize (CPI, 2005). A Vale venceu o concurso e em 2006 iniciou com o estudo de viabilidade do Projecto Carvão de Moatize.

Decorrem negociações do processo de reassentamento dos agregados familiares envolvendo a empresa, as famílias visadas e representantes do governo local. O Plano de Acção do Reassentamento foi aprovado pelo Conselho de Ministros e pela Comissão de Reassentamento, representando as comunidades e a liderança local e foi previsto pelos estudos de Impacto Sócio ambiental, realizados em 2005.

Foram deslocadas famílias provenientes dos bairros de Chipanga, Mithethe, Bagamoio e Malabwe. Estas famílias foram deslocadas pelo facto de as suas habitações encontrarem-se erguidas dentro da área que actualmente é da concessão da Vale, bem como estudos realizados pela Vale nestes bairros indicarem a ocorrência de Carvão à superfície e, associada ao tipo de mineração a ser feita, que é de céu aberto, fez com que estas famílias deixassem as suas residências.

Para o efeito, a empresa Vale definiu quatro critérios para reassentamento, sendo o reassentamento rural no Povoado de Cateme o principal que se localiza a 40km da Vila de Moatize como nos referimos anteriormente. A população reassentada em Cateme tem a agricultura como a actividade principal bem como a produção de tijolos, actividade principal da Vila de Moatize, vista como meio de reprodução das famílias.

O segundo tipo de reassentamento é o urbano que está no bairro 25 de Setembro. Este bairro compreende o prolongamento natural da Vila de Moatize e as famílias reassentadas neste local possuem seus empregos na Vila de Moatize ou mesmo na cidade de Tete.

O terceiro tipo de reassentamento é chamado “ indemnização assistida” que é o caso das famílias que não pretendem se deslocar as áreas de reassentamento (Cateme e bairro 25 de

Setembro). Neste caso, a família procurava uma casa nova e a Vale intermediada pelo governo pagava a casa e entregava a família.

A quarta forma de reassentamento é designada por “indenização simples” que é o caso de uma família que não está no plano de reassentamento mas que possui uma segunda casa na machamba. Encontrando-se a casa dentro a área de concessão da empresa a mesma deixaria de existir pela natureza das suas actividades, neste caso a família recebe uma indenização.

Numa primeira fase o Governo aprovou dois locais de reassentamento, Cateme e Samoa. Por considerar Samoa uma localidade distante da Vila de Moatize e com a intenção de não deixar os reassentados distantes da Vila o Governo Provincial de Tete optou por Cateme que fica aproximadamente a 40km da Vila de Moatize.

A VALE Moçambique transferiu de 9 de Novembro de 2009 a 28 de Abril de 2010 mais de 760 famílias (das 1.313 registadas) que habitavam nas zonas de produção de carvão mineral no município da Vila de Moatize. Neste sentido, foi criada a Comissão de Reassentamento (CORE) que se dedica a organização dos reassentamentos. Em toda a documentação consultada e nas conversas mantidas quer com representantes da Vale quer com representantes do governo distrital o reassentamento foi apresentado como uma alternativa de desenvolvimento para a população atingida uma vez que acredita-se que a população transferida está em melhor situação que a anterior.

A Comissão de Reassentamento (CORE) considera que o reassentamento tem como directrizes: garantir as condições para o desenvolvimento socioeconómico dos reassentados, preservar a cultura e tradição das famílias afectadas; envolver os beneficiários na busca de solução; dotar os projectos das infra-estruturas básicas, abastecimento de água, energia eléctrica, acessos e outros; assegurar, através de assistência a saúde, educação e capacidades técnico profissional.

A empresa distribuiu as pessoas com base no seu estatuto social, separando as “rurais” das “semi-urbanas”. Primeiro, 717 famílias, consideradas rurais que de acordo com a classificação da Vale é constituída por camponeses, criadores de gado e “desocupados”, foram reassentadas na localidade de Cateme, localizada a 40Kms da Vila de Moatize; segundo, 288 famílias consideradas semi-urbanas, famílias maioritariamente compostas por

comerciantes, pedreiros, mecânicos, eletricitas e outros profissionais, foram para o Bairro 25 de Setembro.

No final aconteceu que houve um grupo de famílias que não aceitou encaixar-se na categorização feita pelo censo da Vale e, portanto, 308 famílias ficaram registadas como tendo optado por receber uma “indenização assistida”, isto é, escolheram não ir para nenhum dos dois locais de reassentamento: nem para Cateme nem para 25 de Setembro.

Os dois reassentamentos incluem a disponibilização de infra-estruturas, sendo Cateme, 729 residências, 99 terrenos comerciais, 18 terrenos para serviços Públicos, 1500ha de área para cultivo, 16 fontanários.

A Vale construiu em Cateme casas, serviços de Educação com duas Escolas, das quais uma do ensino Primário completo e outra do ensino Secundário, e serviços de Saúde servidos por uma unidade sanitária. Possui um posto Policial da Policia da Republica de Moçambique (PRM).

O projecto de construção das casas para os reassentados previa a construção, em primeiro lugar, de uma casa modelo *railer* da América Latina, esse modelo de casa seria replicado nas restantes construções, cada família de acordo com o tamanho da casa anterior, os bairros continuam os mesmos nomes e os moradores no seu devido lugar, cada família no seu bairro original.

6. A chegada dos reassentados no novo espaço

No contexto de mudança de espaço há que tomar em conta, por um lado, a relação entre o indivíduo e o espaço, por outro lado, os significados que os indivíduos e grupos de indivíduos atribuem ao espaço. Para Stephen Gudeman (2001) ter acesso a terra representa ter acesso aos recursos de vida e de identidade daí que as regras que regulam o acesso e a posse da terra têm implicações económicas uma vez que os recursos de vida envolvem uma dimensão económica e de identidade.

Neste capítulo procuramos mostrar que o processo de deslocamento forçado que ocorreu em Moatize constituiu um momento em que os deslocados tiveram que se apropriar do novo espaço onde se articulam duas dimensões, uma económica e outra que se traduz nos mecanismos de legitimação da pertença. Como afirma Bechelany (2008), toda a sociedade constrói significação sobre o espaço onde vive, classificando-o de acordo com o seu sistema conceptual. Ao mesmo tempo, o espaço impõe sobre o desenvolvimento material e cultural de uma sociedade implicações que exigem modulações da acção e do pensamento.

Tal como vimos acima a transferência dos moradores das áreas de exploração mineira para os novos espaços comportou duas dimensões, por um lado, a construção de novas casas num outro local e, por outro lado, a atribuição de áreas para o cultivo. Tanto uma como outra tiveram como orientação a necessidade de criar no novo espaço condições melhoradas que no espaço de origem dos moradores.

Para a construção das novas casas a empresa, com a aprovação do governo Distrital, preparou um mapa para que os moradores escolhessem o talhão para construírem as casas e cada família escolhia onde queria viver. Também foi contratado um empreiteiro que apresentou a planta da casa, construíram uma casa modelo que foi replicada para todos os reassentados, cada um de acordo com o tamanho da casa anterior. As famílias receberam um terreno de 180/55m que para além da casa contem uma cozinha, casa de banho, celeiro, curral, capoeira para a criação dos seus animais.

A agricultura é a actividade predominante e envolve quase toda a população do distrito de Moatize. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de cultura como milho, mapira feijão Nhemba, mandioca amendoim (MAE, 2005). Essas machambas ficam localizadas nas margens dos rios Moatize e Rovubwe. Produzem também nas hortas couve, tomate, repolho, quiabo e cebola.

As hortas ficam em redor das suas casas onde tiravam o produto para o consumo diário da família. No local de reassentamento as famílias a Vale deu 1 hectare de terra, adubos e sementes para cada família para a produção agrícola em áreas localizadas perto das suas casas.

Perante os cenários acima descritos surge a confrontação entre os novos modelos tanto de habitação como de desenvolvimento de actividades económicas a qual remete para questões de apropriação do espaço e de identidade. O modelo de análise seguido neste trabalho assenta na análise dos relatos das experiências dos reassentados na tentativa de identificar as representações sobre o espaço a identidade. Assim, os aspectos abaixo apresentados tendem a explorar a forma como os indivíduos reassentados constroem sentidos, significados, representações e novas formas de viver o novo espaço.

6.1. Casa para toda a vida

Loforte (1984) na análise que faz sobre a apropriação das habitações afirma que este processo não se reduz apenas em adquirir um objecto físico, muito pelo contrário, está em jogo um conjunto simbólico e práticas que estruturam a representação da casa como habitável. Para a autora esta postura está ligada a forma como o indivíduo idealiza o seu meio de vida.

Para os moradores de Moatize as casas devem ser para toda a vida, para isso devem ter os seguintes elementos; devem ter uma fundação, pilares e vigas para mantê-las fortes e acredita-se que estas são as condições para que as casas durem por muitas gerações.

O modelo de construção de casas no novo bairro de reassentamento não enfatiza os elementos acima mencionados. O questionamento das casas começa quando os reassentados se deparam com as casas cheias de rachas nas paredes e a informação que se difundiu foi de que as casas não possuem fundações e pilares. Isso fez com que 28 famílias recusassem a receber as casas, alegando vários problemas: rachas nas paredes, deficiências no tecto, casas com compartimentos inferiores aos que tinham nas suas antigas casas, falta de grades de segurança e varandas.

As casas anteriores em Mithethe, Chipanga, Malabwe e Bagamoio eram feitas com recurso a conjugação dos seguintes materiais: um modelo de casas construídas de paus, pedras, barro e capim e outro de tijolos, cimento e barro com cobertura de chapas de zinco. Os paus (estacas) eram recolhidos na floresta em redor das áreas de residência o mesmo acontecendo com o

capim. A cobertura de capim era antecedida por lonas. A construção com base em paus requeria, em primeiro lugar, a demarcação da área de construção, a abertura de buracos onde eram introduzidos os paus conhecidos localmente por “*mbaliro*”. Após a introdução dos paus deitava-se areia e pedras para sua fixação. As paredes eram feitas de paus, pedras e uma massa de barro para deixar a parede firme. Após a cobertura algumas casas tinham elementos decorativos que podiam ser pinturas com barro preto ou vermelho ou desenhos de flores nas paredes da casa.

Para a construção das casas de tijolo fazia-se a demarcação da área seguida de escavação em torno do rectângulo numa profundidade de cerca de meio metro onde eram introduzidas pedras grossas ligadas por massa de cimento que constituía a fundação da casa. Os tijolos de barro são queimados em forno de lenha e depois de arrefecidos são usados na construção das paredes ligados por barro. A cobertura destas casas na sua maioria é feita de chapas de zinco envolvendo barrotes ou estacas.

Estas técnicas de construção são usadas para confrontar as casas construídas no novo bairro onde se destacam os seguintes aspectos: as fundações e as dimensões das casas. No concernente a fundação das casas, vem justificar-se pelo modelo de casas construídas que é o modelo “*raitter*” que não levam fundação no processo de construção. Faz-se uma plataforma de *concrete*¹⁷ e constrói-se a casa por cima dela, neste caso, foi usado plástico cortado de acordo com o tamanho da casa, de seguida foi colocada uma massa composta por areia, cimento e pedras denominadas por brita, depois de a massa secar foram erguidas paredes de bloco de cimento usando-se massa de cimento para fazer as ligações.

¹⁷ Uma mistura de cimento, pedra, areia e água.



Foto 1&2. Casas antigas em Moatize (foto: autora)

Em relação aos compartimentos das casas, podemos notar que o costume de Moatize mostra que quando os filhos atingem 15 anos de idade não podem passar as noites com os pais dentro de casa principal, porque segundo os entrevistados, na sua tradição os filhos quando atingem esta idade não devem presenciar as decisões dos seus pais como também não devem surpreendê-los no seu quarto dentro de sua intimidade, por isso que se constroem quartos fora da casa principal que são chamados por “*Gueros*” de modo que os filhos tenham sua liberdade, para convidar e receber seus amigos a vontade. Por esse motivo teve que se construir no bairro de reassentamento os quartos dos filhos fora da casa principal. As casas foram construídas com base na casa anterior contendo sala, quarto e despensa. A cozinha, casa de banho e quartos dos filhos de sexo masculino fora da casa principal.



Foto 3&4. Casas novas em Cateme (foto: autora)

6.2. Muda o espaço, muda a economia

De acordo com Santos (2007) no livro *Território, territórios ensaios sobre o ordenamento territorial* refere que território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas sobrepostas, o território tem que ser entendido como o “território usado”, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos et. al 2007: 14).

Sendo a agricultura a actividade dominante que envolve toda a população de Moatize, os moradores tinham as suas machambas nas margens dos rios Moatize e Rovubwe. De uma forma geral essa actividade é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de culturas de Milho, Mapira/Mexoeira, Feijão Nhemba, Mandioca, Batata-doce, Amendoim, Couve, Abóbora, Tomate, Repolho, Quiabo. Os produtos tinham como finalidades o consumo familiar e o comércio na vila de Moatize e na Cidade de Tete. Essa actividade é complementada com a pecuária e o fabrico de tijolos.

Na pecuária domesticam Cabritos, Bois, Porcos, Galinhas, Patos servindo de criação, para venda ou consumo. O fabrico de tijolos queimados para construção e venda. A pesca e caça fazem parte das actividades, com a finalidade de consumo e venda em poucas quantidades, sendo a maior parte para o consumo. Para além dessas actividades os moradores de Moatize faziam esteiras com caniço retirado dos rios e cordas de “Nzoi” (cordas de fibras de arvores) que tiravam das árvores na floresta.



Foto 5&6. Machambas e pescado em Malabwe (foto: autora).

A mudança de espaço fez com que muitas famílias deixassem de praticar suas actividades pelas condições naturais que o actual espaço dispõe que é o caso de Cateme não ser atravessado por um rio sendo que a população sempre praticou actividades agrícolas e o fabrico de tijolos nas margens dos rios.

Sendo a actividade agrícola a componente socioeconómica de grande importância para as famílias, em Cateme foi disponibilizado um acompanhamento por parte de agrónomos e foram doados adubos para a fertilização dos solos. No entanto, os reassentados deparam-se com outro inconveniente, que é a dificuldade de usar a enxada na sua actividade pelo facto do terreno ser rochoso.

Na sua terra de origem eles empregavam os seguintes métodos de fertilização do solo: o pousio da terra, a incorporação de restos de plantas, estrumes e cinzas. Na óptica dos reassentados as terras disponibilizadas para a plantação não são boas, pois estão cheias de pedras e não são próprias para a agricultura, é uma terra que não permite a execução de tarefas com a enxada, esses serviços que passaram a ser executados com as próprias mãos. Fala-se da deterioração das sementes disponibilizadas pela empresa alegadamente devido a tipo de solos e as poucas que geminaram foram atacadas por gado pelo facto das machambas estarem localizadas perto das casas.



Foto 7&8. Machambas e pastagem em Cateme (foto: autora).

Moradores de Moatize referiram que a terra onde habitavam possui variados significados simbólicos, económicos considerados de tamanha importância para si, visto que é desta onde a maioria das famílias tirava o seu sustento fazendo suas machambas, cultivando nas margens

do rio, constituindo esta uma primeira alternativa enquanto as famílias esperam pelos produtos das machambas principais. Da terra retiram também as estacas para construção de suas casas, caniços para fabrico de esteiras, lenha para preparação de alimentos

Com a construção das casas e a chegada de novos moradores os naturais de Cateme sentiram-se ameaçados. No local de reassentamento os moradores de Cateme tinham lá suas machambas, onde cultivam diversas culturas como: milho, mapira (mexoeira), amendoim, couve, tomate, cebola e outros produtos. Sendo o milho a principal cultura. Fora da prática da agricultura os moradores extraíam nestes locais lenha e faziam carvão vegetal. Com a chegada de novos moradores eles perderam a fonte do seu sustento.

Uma das alternativas usadas pelos naturais de Cateme foi lançar boato em forma de regras de como viver em Cateme. Tais muitas incluíam proibições de certos hábitos como o de um homem ter duas esposas, ter relações sexuais fora de casa e durante o dia (isto é no período das 6 horas as 18 horas).

As regras que são difundidas fazem apelo ao contrato com os espíritos. Antes, o primeiro homem que por qualquer razão ia a uma floresta junto a sua família, construía a sua casa e fazia a sua machamba se os outros homens o seguissem, este primeiro habitante tornava-se no líder e é ele quem distribuía as terras para construção de casas e terras para machambas. Por ser líder deste grupo, ele é que comunicava com os espíritos através de rituais, por sua vez, os rituais constituíam meio pelo qual esse contrato se materializa.

É o líder que resolvia os problemas do grupo. É através desse contracto que fazia com os espíritos que o homem controlava a terra daí a necessidade de comunicar com os espíritos sobre tudo que acontece no local, pois são eles que protegem tudo e todos que pertencem ao espaço.

Quando estávamos para sair de Moatize não fizeram cerimónia para que os espíritos soubessem que estamos a mudar de casa, mesmo quando chegamos isso não aconteceu, os nossos espíritos ficaram em Moatize. Fizemos cerimónia para evocar a chuva porque não chovia a um ano, e perdemos toda a nossa plantação, mas, não deu certo não sabemos a que se deve, porque na nossa casa sempre que fazíamos éramos atendidos imediatamente¹⁸.

Porque supostamente isso não aconteceu em Cateme, uma vez que os novos moradores alegam que não pediram autorização aos espíritos para erguerem habitações, eles não se

¹⁸ Informante A (reassentado)

sentem protegidos. Uma das alternativas foi de desistir das machambas e das casas que é o caso do bairro de Malabwe.

Ao assumirem esse vínculo com os espíritos, os moradores de Cateme mostram a sua relação com o espaço e a autoridade que tem sobre ele. Há por volta disso uma necessidade de manter o vínculo com os espíritos onde quer que o indivíduo esteja.

É desta forma que podemos afirmar que a terra onde se habita no contexto em estudo possui vários significados, dentre eles o simbólico e o económico considerados importantes para os indivíduos, uma vez que é da terra onde a maioria das famílias retira o seu sustento fazendo machambas, constituindo essa uma alternativa de sobrevivência.

7. Considerações Finais

Este Trabalho buscou analisar o processo de construção das identidades sociais em torno dos espaços (Moatize e Cateme) por parte dos reassentados. De forma particular, pretendia-se traçar a trajetória dos reassentados; descrever as relações sociais estabelecidas entre os reassentados ou moradores de Cateme; por último, compreender as representações construídas sobre o Centro de Reassentamento de Cateme.

A fim de atingir o objectivo proposto, foram realizadas entrevistas não-estruturadas com os reassentados, com base na metodologia de história oral. Como observado durante a pesquisa, as contradições existentes na relação reassentados/reassentamento expressam a oposição entre dois modos distintos de apropriar e significar o espaço: de um lado a racionalidade “urbana” economicista da empresa Vale manifestada na estruturação de Cateme e, de outro, estão as práticas e representações dos reassentados, vinculadas a um modo de vida essencialmente baseado na agricultura “rural”. Nesse contexto há tentativas concretas de reconstruir o reassentamento de Cateme como um lugar que revelam as impossibilidades de (re) apropriação deste espaço por meio das práticas sociais e das representações dos reassentados.

Através dos relatos foi possível compreender que ao associar Cateme com a Vila de Moatize, os reassentados expõem, subjectivamente, um sentimento de familiaridade com aquele espaço, como um lugar destinado à reprodução de um modo de vida essencialmente ligado à terra e ao rio. Nestes termos, para além da resignação de uns, da não adaptação e revolta de outros, haveria, de alteração desse espaço, com vista à superação de sua actividade produtiva. A partir dos dados obtidos e a articulação com o material bibliográfico, vimos que ao significar o reassentamento como lugar de luta, os reassentados buscam reafirmar os sentidos do lugar, buscam na luta elementos capazes de reconstituir Cateme como um espaço apto a fornecer meios materiais e simbólicos para que eles se estabeleçam, se fixem e visualizem um futuro digno.

Importa referir que as identidades no reassentamento de Cateme são construídas dentro de um sistema simbólico no qual os indivíduos representam e significam o espaço. Neste sentido, o espaço enquanto um sistema simbólico permite que indivíduos construam identidades, hierarquizando e discriminando grupos sociais.

No que diz respeito ao processo de pesquisa, faz-se importante tecer alguns comentários. Esse trabalho não tem como objectivo encerrar-se aqui; antes intenciona-se abrir novas questões, ampliar as discussões existentes sobre o tema. Das perguntas que motivaram o tema, outras surgiram ao longo desse percurso, inquietando para novas reflexões e diálogos, destacando-se aqui a importância de perceber as práticas que estão por detrás da construção do cemitério. Entretanto, reconhecendo-se aqui os limites dessa pesquisa, ressaltamos que essa conclusão não representa o fim, mas uma nova direção para pesquisas futuras.

8. Referências Bibliográficas

Augé, M. 1994. *Não-Lugares: Introdução A Uma Antropologia Da Supermodernidade* São Paulo: Editora Papirus.

Araújo, M. 2002. Urbanidades e Ruralidades em Moçambique: Conceitos ou Preconceitos? In: *Revista da Faculdade de Letras Geografia*. Universidade do Porto. I serie Vol. XVII/XVIII. Porto.

Bechelany, F. 2008. *Da Terra ao Concreto: Etnografia do espaço de um reassentamento*. Universidade Federal de Minas Gerais. Associação Brasileira de Antropologia

Casal, A. 1995. *Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias comunais de Moçambique*. Lisboa. Instituto de Investigação Científica: Tropical.

Carlos, A. 2001. *Espaço-Tempo Na Metrópole: Fragmentação Da Vida Cotidiana*. São Paulo. Contexto.

Casal, A. 1995. *Antropologia E Desenvolvimento: As Aldeias Comunais De Moçambique*. Lisboa. Instituto De Investigação Científica: Tropical.

Certeau, M. & Pierre M. 2005. *A Invenção Do Cotidiano: Morar, Cozinhar*. 6. Ed. Petrópolis: Vozes.

Damatta, R. 1997. *A Casa E A Rua*. Rio De Janeiro: Guanabara.

Douglas, M. 1976. *Pureza E Perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Gerhard Liesegang, 1998. “Territorialidades Sociais e Identidades com Referência a Moçambique”. In: SERRA, Carlos. *Identidade, Moçambicanidade e Moçambicanização*. Maputo, UEM, 1998.

Giddens, A. 2002. *Modernidade E Identidade*. Rio De Janeiro: Zahar Editora.

GUDEMAN, Stephen. 2001. *The Anthropology of Economy: Community, Market, and Culture*. Oxford: Blackwell.

Hearbert, R. “Identidades Territoriais Da Multiterritorialidade A Reclusão Territorial (Ou: Do Hibridismo Cultural Á Especialização Das Identidade) ”. Universidade Federal Fluminense – R.J

Ingold, T. 2000. “Culture, Nature And Environment: Steps To Ecology Of Life” In: *The Perception Of The Environment. Essays In Livelihood, Dwelling And Skill*. London And New York: Rout Ledge. P.13-26

Kent, M. 2008 “The Making Of Customary Territories: Social Change At The Intersection Of State And Indigenous Territorial Politics On Lake Titicaca, Peru”. In *Journal Of Latin American And Caribbean Anthropology*, Vol. 13, No. 2, Pp. 283–310.

Loforte, A. 1984. “A Preservação Dos Valores Tradicionais No Meio Urbano”, In: Trabalhos De Arqueologia E Antropologia. N. 6. 1984.

Minayo, M. De S. 1994. (Org.); Deslandes, F. S; Neto,C.O;Gomes, R. *Pesquisa Social: Teoria, Método E Criatividade*. 23. Ed. Petrópolis: Vozes.

Malinowski, B. 1975. *Objeto, Método E Alcance Desta Pesquisa. Desvendando Mascaras Social*. Rio De Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Mourão, A. 2006. Cavalcante, S. O Processo De Construção De Lugar E Da Identidade Dos Moradores De Uma Cidade Reinventada. In: *Estudos De Psicologia*, 11(2). 143-151

Pina Cabral, J. 2003. Identidades Inseridas: Algumas Divagações Sobre Identidade, Emoção E Ética. 2003.

http://Www.Ics.Ul.Pt/Publicacoes/Workingpapers/Wp2003/Wp2_2003.Pdf.

Santos, A. & Duarte, C. 2002. Casas Invisíveis: Um Estudo Dos Espaços Da População De Rua Do Rio De Janeiro. In: del.R.V; Duarte,C.R; Rheingantz, A. P. (Orgs). *Projeto De Lugar*. Rio De Janeiro: Contra Capa/ Proarq.

Santos, M & Souza, M. 1986. *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel.

Santos, M. 1981. *Metamorfoses Do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec.

Santos, M. 2004. *A Natureza Do Espaço: Técnica E Tempo. Razão E Emoção*. São Paulo: Edusp.

Silva, T. 2000. *Identidade E Diferença: A Perspectiva Dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Rio De Janeiro: Vozes.

Salomão, R. 2006 “*Etnicidade, Territorialidade E Ritual Entre Os Tuxá De Rodelas*”. Universidade Federal Fluminense, Msc Diss.

Woodward, K. 2000. “Identidade E Diferença: Uma Introdução Teórica E Conceitual”. In: Silva, T. (Org.). *Identidade E Diferença: A Perspectiva Dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes.